
O Papel das ONGs e da Sociedade Civil em Relação ao Meio Ambiente.

Herbert de Souza

DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS — IBASE/RJ

I

O MEIO AMBIENTE: O DESAFIO MODERNO

No passado a humanidade era submetida às condições do meio ambiente. O meio ditava, a humanidade se adaptava e mudava. O tempo determinava a agricultura. O espaço definia as possibilidades e os limites dos contatos humanos. Em grande medida o meio fazia a humanidade. Nessa relação a natureza parecia infinita, inesgotável. A humanidade, finita. Inverter essa relação foi uma obra de muito trabalho e uma história cheia de possibilidades e riscos para ambos.

Só muito recentemente é que a humanidade se deu conta de que poderia alterar radicalmente as condições do meio ambiente, a ponto de destruí-lo em sua globalidade. A percepção da possibilidade da destruição total do meio ambiente produziu um salto de qualidade na consciência da humanidade e pôde marcar um ponto de virada de uma nova época.

Duas situações contribuíram de modo especial para produzir essa consciência: os efeitos da industrialização predatória, que os modernos chamaram de desenvolvimento, e a era nuclear com sua cara militar visível na guerra final e em todos os perigos ligados aos desastres radioativos.

Depois de um século de industrialização, de produção em massa, de incorporação do conhecimento científico e tecnológico ao processo produtivo, de internacionalização e globalização, a humanidade foi se dando conta do que destruiu junto com o que produzia.

A produção agrícola destruiu o solo e esgotava os lençóis freáticos. O uso dos rios e mares decretava sua morte. O uso dos gases destruiu a atmosfera. O fordismo produzia carros e destruiu os trabalhadores. O crescimento produzia, junto com o atendimento das necessidades de milhares, a miséria e a pobreza de milhões. Mais do que isso, produzia a possibilidade de seu próprio fim. Esse foi o fato novo que colocou a questão do meio ambiente no centro da reflexão moderna.

A humanidade teve que parar para pensar, não porque havia destruído uma parte de si própria, mas porque poderia destruir as condições de sua própria existência.

Se a humanidade não se importava tanto com a destruição dos outros homens, foi sendo obrigada no entanto a se impressionar com a destruição do meio ambiente, à medida que ele caía sobre suas próprias cabeças e não distinguia na hora da morte, autor e obra, criador e criatura, rico e pobre, homem e mulher, norte e sul, primeiro e quantos mundos houvessem.

A humanidade havia criado uma situação inédita: havia alcançado a capacidade máxima de destruição de si mesma e de tudo o que houvesse ao seu redor, o meio ambiente.

Se o limite não estava na capacidade do homem destruir o outro homem, estava seguramente na capacidade de destruir a si mesmo como parte da própria natureza. Nesse sentido a guerra só deixou de ser lógica para a humanidade quando fazer a guerra significava destruir toda a humanidade, quando o sentido primitivo da guerra — produzir o perdedor — foi eliminado, já que todos perdiam. Se o homem não era o limite, a natureza, o meio ambiente era.

Foi exatamente quando a natureza apresentou seu limite, quando deixou de ser o absoluto condicionador da ação humana, quando a humanidade se apresentou como absoluta em sua capacidade de criar e destruir, é que se restabeleceu a possibilidade de colocar um limite à ação da humanidade na sua relação consigo mesma e com a natureza.

Chegou-se à consciência de que não se pode mudar tudo todo o tempo e sem limites. Não se pode mudar sem pesar todas as consequências. O meio ambiente é parte solidária de todas as mudanças. A mudança pode criar e pode destruir. A vida é também a morte. A morte da natureza é também a morte da humanidade. A morte não tem retorno, para ambos.

O desafio moderno não consiste tanto em verificar o quanto podemos avançar sem levar em conta as consequências e os limites da ação humana, mas em justamente considerar esses limites. Para se destruir o ar, há que se inventar outros pulmões se se quer continuar vivendo. Até lá, refletir é preciso.

O desafio moderno consiste em superar as relações que até agora colocaram em confronto duas posições que não foram capazes de equacionar a relação do homem consigo mesmo e com a natureza, o capitalismo e o socialismo.

O socialismo já facilitou essa tarefa ao fazer a autocritica mais profunda que qualquer sistema pôde fazer, retirando-se de cena. O capitalismo demonstra ainda uma grande capacidade de resistência, ao pretender se passar pelo maior amigo de tudo aquilo que até agora ajudou a destruir, o meio ambiente. Ou ainda ao pretender remeter a solução dos problemas criados com seu desenvolvimento para o terreno mágico do mercado, onde todas as questões se resolveriam, mas onde na verdade todos os problemas podem ter origem.

No primeiro caso, no capitalismo, o homem partia da idéia da superioridade e independência absoluta do homem em sua relação com a natureza. No afã de

competir, a transformação não tem limites. O limite da transformação é a vontade absoluta e os interesses sem limites do homem. Nem o homem nem a natureza têm limites. O capitalismo surge inspirado numa idéia de progresso absoluto, que o leva a devorar, em sua realização, o homem (trabalho) e a natureza. A industrialização capitalista é, em grande medida, essa história.

No segundo caso, o socialismo, ao centrar seu conceito de desenvolvimento na busca do atendimento absoluto das necessidades humanas, independente de considerações sobre a relação desse desenvolvimento com o meio ambiente, produziu o mesmo tipo de resultado do capitalismo e se viu face ao mesmo desafio. Tanto o homem quanto a natureza têm limites.

No que se refere à natureza, o capitalismo e o socialismo acabaram por produzir o mesmo resultado: ameaçam destruir a todos ao procurar garantir somente uma das partes da equação, sem levar em conta a outra.

A questão ecológica — a crítica do desenvolvimento a partir das considerações sobre sua relação com o meio ambiente, com a natureza — ao colocar em questão os conceitos modernos de desenvolvimento, que excluíam as considerações sobre o meio ambiente, colocou-se como o centro e eixo da crítica e, portanto, como possibilidade de fundar um novo modo de pensar o mundo e a relação humanidade e natureza, e de superar a pretensão de todas as visões atuais de resumir o pensamento moderno.

As teorias dominantes em cada época estão desafiadas a se redefinir para se confrontarem com os desafios de um mundo que deve pensar o humano e o natural numa nova relação, que ainda está por ser estabelecida, mas que já está questionada.

O homem não é o senhor absoluto da natureza. A natureza não é uma realidade sem limites, eterna e indestrutível. A natureza morre, como pode morrer a própria humanidade. Os limites entre o mundo natural e humano mais se confundem que se distinguem.

Na seqüência das hegemonias de determinados modos dominantes de pensar que denominamos teologia, filosofia, política, economia e ciência e tecnologia (tecnocracia), estamos agora vivendo o tempo da ecologia, que pretende globalizar e ressocializar as visões que, separadas, não dão conta da tarefa de pensar a humanidade. O tempo da ecologia é simultaneamente o tempo da crítica (negatividade) e das novas propostas (positividade).

Por isso mesmo, a questão ecológica se coloca como o desafio moderno cujos resultados ainda estão em curso, disputando espaços, políticas, Estados, mercados, partidos, a consciência do mundo moderno.

Mas, por isso mesmo também, a ecologia está sendo disputada por todos os grandes atores do mundo contemporâneo, como as empresas, as agências internacionais de desenvolvimento, os Estados, os partidos políticos e os movimentos sociais de todos os tipos se incluem com destaque as Organizações Não-Governamentais.

Empresas que poluíram e destruíram durante séculos, que desmataram, queimaram e desperdiçaram energias naturais e humanas, que jogaram seu lixo e sua fumaça por toda parte, apresentam-se agora como campeãs do meio ambiente, empresas tecnologicamente limpas, politicamente inocentes. O que dizem ter ganho em consciência perderam em memória.

Agências internacionais, como o Banco Mundial, que durante décadas financiaram megaprojetos que constituíram verdadeiros atentados ao meio ambiente, sem jamais se preocuparem com os regimes autoritários que os implementavam ou com as vítimas humanas das regiões atingidas, se apresentam hoje como campeãs do ecodesenvolvimento, do desenvolvimento sustentável, e são apresentadas por algumas instituições e governos como confiáveis para implementar as resoluções internacionais que por acaso forem tiradas na Rio 92.

O Banco Mundial tem essa característica curiosa dos grandes atores políticos, que manejam grandes recursos, mas que sofrem de amnésias e memória curta.

Os Estados nacionais, capitalistas, ex-socialistas ou social reformistas, que agora vão se encontrar para assinar a Carta da Terra, também se apresentam reivindicando a Ecologia como seu grande compromisso, esquecendo-se de que promoveram, junto com as empresas e as grandes agências financeiras internacionais, um desenvolvimento de frente para o lucro e de costas para o social ecológico, à escala nacional e internacional.

Sem uma franca e severa autocritica, o encontro dos chefes de Estado na Rio-92 não poderá inspirar confiança na opinião pública mundial sobre as novas intenções ecológicas dos predadores oficiais.

No mundo da sociedade civil, os partidos, os sindicatos, as associações de todo tipo e as ONGs também dividem suas responsabilidades e esperanças enquanto disputam a ecologia como o novo do mundo moderno.

A verdade no entanto é que, se foi no seio da sociedade civil que existiu a indiferença ou mesmo o apoio ao desenvolvimento destruidor de seres humanos e da natureza, se foi a sociedade civil que de alguma forma legitimou a depredação empresarial e estatal pela ausência de uma reação forte por parte dos partidos, dos sindicatos, igrejas, universidades, foi no entanto a partir da reação da sociedade civil nas últimas décadas que a ecologia se transformou na referência e no movimento que é hoje.

Alguns defendendo animais contra a caça. Outros defendendo o ar contra os gases, os rios e mares contra a poluição. Outros temendo as catástrofes que virão em consequência do efeito estufa. Outros defendendo os trabalhadores contra as condições insalubres de trabalho, os moradores contra a falta de saneamento.

A partir de cada um dos efeitos do que se chamava desenvolvimento, mas que apresentava a cada passo sua cara irracional de destruição, foi a partir da consciência de que o mundo estava ameaçado de extinção, inclusive nuclear, que todos os aspetos de todas as lutas particulares foi se transformando numa nova concepção da relação entre a humanidade e o planeta, e também num movimento que foi e está sendo capaz de mobilizar milhões de pessoas à escala mundial.

Tendo nascido como crítica, a ecologia se transformou em proposta. De barreira e resistência se transformou em proposta de caminho. E, por ser a questão que unifica e mobiliza a todos, passou a ser a questão que todos disputam com ou sem razão, com ou sem méritos ou legitimidade. Por tudo isso a ecologia se transformou no desafio moderno e na referência necessária para se repensar o desenvolvimento, a relação com a natureza e o futuro de ambos. A ecologia virou consciência, proposta e movimento, e se transformou numa onda que percorre o mundo.

II

ECOLOGIA E DEMOCRACIA: A CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

Duas vertentes questionam o desenvolvimento

O debate sobre o desenvolvimento está hoje ligado de forma indissociável ao problema da ecologia. Antes da ecologia se confrontar com as questões derivadas do desenvolvimento, toda uma vertente progressista (social democrata ou socialista) questionou o desenvolvimento realizado, tanto pelo capitalismo como pelo socialismo, pelos seus efeitos sociais e políticos. Nessa crítica, a relação entre desenvolvimento e ecologia esteve ausente. O argumento central era o de que o desenvolvimento não foi capaz de responder às necessidades básicas da maioria da população (exclusão do desenvolvimento) e nem permitiu que as decisões tomadas em seu nome contassem efetivamente com a participação da sociedade.

O capitalismo desenvolveu (bem) para poucos, que ficaram muito ricos a partir da participação de poucos. O socialismo desenvolveu para muitos (e mal) a partir da participação de poucos.

A crítica diagnosticou a exclusão econômica e política como causa do fracasso comum dos dois modelos históricos presentes na agenda da chamada modernidade. (1)

A vertente progressista criticou o desenvolvimento a partir de uma dimensão democrática fundamental fundada nos princípios da igualdade e da participação, mas não foi capaz de incluir a relação da humanidade com a natureza, com o meio ambiente, em sua crítica.

A vertente progressista atuou como se existisse num mundo onde os homens e mulheres vivessem sem relação com a natureza, ou como se a relação com a natureza pudesse ser ignorada sem produzir consequências fundamentais. Era uma forma de afirmar a superioridade absoluta do homem em sua relação com a natureza, como uma religião invertida. Ao privilegiar as relações sociais, ignorou as relações com a natureza.

Uma outra vertente de crítica e questionamento do desenvolvimento emergiu principalmente nos países capitalistas desenvolvidos (USA e Europa capitalista).

Ela teve origem na cultura liberal progressista, que, mesmo incapaz de se confrontar com o rosto pobre do mundo, foi no entanto sensível à morte das baleias, dos pássaros, da plantas e, principalmente, às ameaças a sua própria vida que vinham das bombas nucleares, do efeito estufa, da asfixia geral que ameaça o mundo.

Ao ver somente o rosto humano, os progressistas não foram capazes de ver a vida em todas as suas manifestações, e perderam a capacidade de ver todas as relações que unem os seres vivos (e naturais) e que tomam qualquer vida possível.

Ao ver o rosto da natureza, mesmo ignorando muitas vezes o rosto humano, a vertente liberal ajudou a completar o quadro e surpreendeu o capitalismo pelas costas, questionando seu impulso predador e sua tendência suicida escondida na voragem produtivista.

O encontro contraditório das duas vertentes colocou a questão ecológica na ordem do dia no mundo e se impôs ao pensamento moderno como um ponto de encontro da crítica do mundo atual e de busca de uma nova relação entre os homens e a natureza, portanto entre os homens e sua própria história.

Desse modo um novo pensamento se apresenta ao mundo com pretensões de universalidade, o ecológico, questionando o desenvolvimento e os modelos de ociedade.

Esse desafio se estende como necessidade de se repensar o desenvolvimento na sua dimensão social. Recoloca a crítica dos sistemas existentes, forçando o capital a se confrontar com o meio ambiente, que pretendeu e ainda pretende subsumir em sua realização.

O pensamento ecológico está dizendo ao capital que antes dele vem a relação com a natureza, diante da qual o capital é apenas uma criança brincando de criador sem ter idade e cuidado para isso.

O pensamento ecológico pode constituir-se num ponto de partida capaz de aprofundar a crítica do desenvolvimento, tal como realizado no mundo moderno, e de unir e produzir uma nova confluência cultural e ideológica que se move em direção à democracia, em que não somente os homens e mulheres possam se encontrar num mundo de todos como possam estabelecer uma relação de qualidade diferente com a natureza, de que somos parte e responsáveis.

Os princípios básicos que guiam as relações humanas já foram propostos, se bem não tenham ainda sido totalmente estabelecidos ou implementados, pelo pensamento democrático. Mas os princípios básicos das relações entre a humanidade e a natureza ainda não foram devidamente discutidos e estabelecidos entre nós, o que nos leva muitas vezes a produzir dicotomias inconsistentes e contradições inexistentes. Não fomos capazes de incluir em nosso horizonte toda a humanidade, nem fomos capazes de nos incluir no horizonte de um universo que nos ultrapassa em tantas dimensões. Ao recuperarmos um desafio de tal magnitude, talvez sejamos capazes de recuperar também a capacidade de nos superarmos.

Os movimentos sociais que se desenvolvem hoje, a escala mundial, em relação ao meio ambiente se filiam em grande parte ou tiveram origem nessas duas vertentes, colocando suas ênfases e prioridades ora nas conseqüências sociais e políticas do desenvolvimento, ora nas conseqüências ambientais.

O mesmo se pode dizer das ONGs, que se desenvolveram ao longo dos últimos anos divididas basicamente entre ONGs ambientalistas e ONGs de desenvolvimento social e político. A linha de clivagem que as divide tem no meio ambiente a questão que as une em uma mesma causa e desafio — o de promover o encontro da humanidade consigo mesma e com o mundo natural que a constitui.

Democracia e ecologia

Dado que o pensamento liberal foi até agora incapaz de incorporar o meio ambiente no seu modelo de desenvolvimento e que o neoliberalismo remete essa solução ao mercado, onde todo o problema foi na verdade produzido, cabe ao pensamento democrático o desafio de pensar o desenvolvimento de toda a humanidade em harmonia com a natureza, isto é, incluindo-se como parte do próprio desenvolvimento da natureza e não como apropriador externo e predador de uma natureza vista simples e unicamente como matéria-prima do desenvolvimento humano. Isso significa conhecer as possibilidades e os limites do mundo natural, o mundo finito, a irreversibilidade de certas existências quando destruídas (o fim de espécies), as diferentes mortes possíveis no mundo natural e a complexa e fundamental inter-relação de todos os seres do e no universo.

O pensamento democrático se constrói a partir da afirmação simultânea de cinco princípios: liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade.

Alguns desses princípios, que deveriam orientar as relações entre os seres humanos, podem ser aplicáveis à relação com a natureza: o princípio da diversidade, da solidariedade; mas obviamente não podemos aplicar ao mundo natural os princípios da igualdade, da liberdade e da participação.

Uma outra forma de abordar esse problema seria o de colocar a relação com a natureza no interior das relações sociais fundadas nos princípios democráticos: o estabelecimento da igualdade nos direitos de usufruto dos bens naturais e na distribuição social dos custos ambientais do desenvolvimento; a liberdade de constituição de diferentes formas de relacionamento dos homens com a natureza, respeitando os limites da capacidade de suporte dos meios físicos e bióticos; o desenvolvimento da solidariedade entre os homens no usufruto compartilhado dos bens naturais; o respeito à diversidade da própria natureza; e, finalmente, a participação da sociedade no controle das relações dos homens com a natureza e do respeito aos limites de sua capacidade de suporte. (2)

A relação com a natureza, com o meio ambiente, exige a produção de princípios capazes de dar conta de uma relação específica entre a humanidade e o mundo em que vive.

Até hoje essa relação foi vista como de domínio e absoluta superioridade sobre todos os seres naturais que nos circundam, o que nos tem autorizado a exercer toda a capacidade existente de destruição de que somos capazes em função do que consideramos ser o atendimento de nossas necessidades.

Os limites que estão sendo propostos ou impostos a esse processo em tempos mais recentes derivam em grande medida do mesmo princípio. Argumenta-se que se continuarmos a destruir o meio ambiente na escala atual seremos destruídos por ele num futuro cuja proximidade se discute.

A defesa do meio ambiente é feita em nome da sobrevivência humana de tal forma que, se tal sobrevivência não estivesse ameaçada, toda destruição poderia ser feita.

A tese da superioridade absoluta do homem sobre a natureza traz implícita a teoria da desimportância total da natureza e da onipotência total dos seres humanos. O homem assume o lugar de Deus e declara sua independência e estranheza em relação ao mundo. O mundo é apenas um envoltório da existência humana, usável ou descartável segundo as circunstâncias.

Em uma palavra, só a humanidade vale no mundo dos existentes, tudo o mais é referência. Será sustentável uma visão que reduz toda a existência à existência humana ou que refere toda significação à existência da humanidade? A existência de outros seres conscientes, não-humanos, no universo, tiraria a humanidade dessa solidão "ética"?

Será possível construir uma outra ética para essa relação? Será possível estabelecer uma ética que regule as relações entre a humanidade e todos os outros seres de tal modo que saibamos nos comportar diante de um pássaro, do mar, dos rios, das florestas e de um inseto?

O pensamento ecológico, ao postular a inter-relação inevitável entre todos os seres numa perspectiva ecossistêmica, coloca essa questão na ordem do dia. Não estará o pensamento ecológico recolocando também para a humanidade a necessidade de se repensar como ser da natureza, plenamente natural?

Creio que o pensamento democrático pode dar conta dessas questões, não somente quando aplica às relações humanas os seus princípios (igualdade, liberdade, solidariedade, diversidade e participação), mas quando busca elaborar princípios específicos reguladores da relação humanidade e natureza, capazes de superar a ética dominante essencialmente utilitária e autoritária.

De todo jeito uma sociedade democrática, um desenvolvimento democrático já traz implícito em seus desdobramentos a possibilidade de novas relações com o meio ambiente fundadas em princípios que poderiam ser uma extensão por analogia daqueles aplicados nas relações humanas.

Difícilmente uma sociedade em paz consigo mesma traria em seu interior os impulsos destruidores da atual.

Uma reflexão a partir do Brasil

No Brasil o desenvolvimento se constituiu basicamente num duplo processo de produção da desigualdade em nível social, através do autoritarismo em nível político e de descaso ou destruição sistemática dos recursos naturais disponíveis em abundância em nosso país.

No Brasil, mais do que talvez em muitos outros países, se cultivou a idéia dos recursos naturais inesgotáveis. A terra em que se plantando tudo dá. Terra de tão grande não tem limites para os senhores.

Começamos por destruir os povos indígenas que aqui viviam em paz com a natureza. Depois operamos o desenvolvimento da riqueza dos senhores através da força de trabalho escravo, destruindo gente para mover a economia e acumular a riqueza de uns poucos. Uma produção sempre voltada para fora foi primária e exportadora desde o começo e em grande medida ainda continua a ser.

Desde as sesmarias que a terra aqui é grande demais para uns poucos e pequena demais para a maioria. Um dos poucos países do mundo onde ainda existe e luta uma categoria social chamada "sem terra", cuja característica é a insistência em querer viver da terra que lhes foi tomada nessa e em gerações passadas. No Brasil até hoje a propriedade da terra não tem limite superior! Pela lei, portanto, é possível imaginar uma situação em que um único proprietário possui o Brasil todo.

Com a industrialização continuamos o mesmo caminho, acentuando as desigualdades, concentrando a renda, pagando baixos salários, ignorando as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, explorando de forma extensiva e predatória os recursos naturais, incendiando florestas, poluindo rios, lagos e mares, gerando metrópoles onde o ar é poluído e milhões de pessoas vivem na miséria.

Nas décadas recentes do autoritarismo militar esse padrão de desenvolvimento irresponsável e predador alcançou seu auge.

Os projetos de grande porte financiados e estimulados pelas agências internacionais — particularmente o Banco Mundial — como o nuclear, as grandes usinas hidroelétricas, o projeto Carajás, a Ferrovia do Aço, a Transamazônica, os projetos agropecuários na Amazônia, os chamados "pólos" que combinavam migração estimulada (e depois desassistida), desmatamento e ficção de reforma agrária agravaram ainda mais esse perfil e deixaram obras que ninguém sabe o que fazer com elas e cujos efeitos sociais e naturais ainda não foram avaliados em toda sua extensão. Sem falar da apuração de responsabilidades políticas que até hoje estão esperando pela ação da justiça.

Hoje o Brasil revive epidemias, como a malária, dengue, entre outras, que deveriam estar erradicadas há mais de um século, e se vê frente a novas que não tem condições de enfrentar (como a Aids).

Nas grandes cidades o ser vivo mais ameaçado de extinção pela violência do próprio homem são as crianças de rua, que se transformam em alvo de assassinatos realizados por grupos organizados sob o olhar cúmplice ou complacente do poder público e, às vezes, da própria sociedade.

Na Amazônia a ação predadora das madeireiras, da grilagem, dos grandes projetos minerais, das hidroelétricas gigantescas e ineficientes como Balbina, coloca em evidência o quanto se pode destruir, de forma talvez definitiva, um bem natural de tal importância e magnitude.

No Centro Sul as atividades agrícolas e industriais desprezam até o limite as conseqüências de sua atuação sobre o meio ambiente provocando o desgaste precoce dos solos, a poluição dos rios, a destruição de florestas.

A ausência da reforma agrária, entre outras conseqüências, tem obrigado milhões de pessoas a se refugiarem nas grandes cidades, onde a miséria e a degradação do meio ambiente vêm como conseqüência inevitável.

No Brasil a degradação do meio ambiente e da sociedade, das pessoas e da natureza constitui cara e coroa de uma mesma moeda, de um mesmo estilo de desenvolvimento e da ausência da democracia. Ecologia aqui é gente. Gente aqui é a primeira questão ecológica. Mas aqui também, é claro, os dois sobrevivem ou se destróem juntos.

Uma sociedade organizada para beneficiar a tão poucos e com um tal nível de exclusão não tem olhos para ver seus próprios habitantes e seria quase insano esperar que aqueles que não sabem respeitar os direitos de uma criança possam demonstrar interesse pela preservação da flora e da fauna.

No Brasil a defesa do meio ambiente começa pela defesa de sua própria humanidade e tem como resposta de caminho a própria democracia.

O autoritarismo aqui e em várias partes do mundo já demonstrou que seu projeto de desenvolvimento não contempla a maioria das pessoas nem o respeito pela natureza. Seu produto e seu fracasso constituem a nossa questão ecológica.

Resta o outro caminho, aquele que constrói pontes de solidariedade e igualdade, de participação com respeito à diversidade e à liberdade entre as pessoas por um lado e novas relações com o meio ambiente sob um novo olhar e, por que não, uma nova emoção.

Afinal não deve estar tão longe assim o tempo em que olhávamos para o céu em busca de estrelas e de um sentido mais amplo e profundo para nossas vidas.

III

O ESTADO, O DESENVOLVIMENTO, O MEIO AMBIENTE E AS ONGS: AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DA CRÍTICA

As ONGs têm em comum com a questão do meio ambiente o fato de serem do mesmo tempo. São modernas. A maioria das ONGs do primeiro e do terceiro mundos nasceram nas últimas décadas em resposta a velhos e novos problemas,

tentando, principalmente, produzir alternativas que constituem críticas concretas às políticas dominantes dos governos e dos grupos dominantes.

O Não-Governamental não veio por acaso. De alguma forma as ONGs constituem a crítica moderna aos fracassos e descaminhos do Estado e às deficiências de instituições clássicas como os partidos, sindicatos, empresas, universidades, que se submeteram ou se acomodaram à dinâmica do mundo oficial, entrando na órbita do capital e do Estado.

Ao criticarem o Estado, as ONGs questionavam também o desenvolvimento implementado por esses Estados. Faziam a crítica do Estado e do estado do desenvolvimento.

O não das ONGs é um não dirigido ao poder dominante, é uma postura de quem se coloca de algum modo em oposição ou em confronto com a ordem dominante.

No primeiro mundo as ONGs foram pioneiras no pensar a solidariedade com os pobres do mundo que o primeiro mundo forjava. Praticaram a cooperação internacional, canalizando fundos governamentais e não-governamentais para projetos de caráter social e de desenvolvimento.

Trabalharam por despertar a consciência de suas próprias sociedades para os perigos da era nuclear, do armamentismo, da indiferença frente à violação dos direitos humanos, para as profundas desigualdades entre mundos de um mesmo planeta.

Ao tentar olhar para além de si próprias, foram capazes de ver a humanidade em seu conjunto e por esse mesmo caminho ligaram o que o desenvolvimento havia dissociado, sociedade e natureza. Foram atores sociais eficientes no sentido de gerar a consciência ecológica do mundo moderno.

As ONGs do primeiro mundo, vivendo no seio do capitalismo, foram capazes de visualizar e questionar seus resultados, antes mesmo de questionar seus princípios.

Liberais na origem, foram percorrendo caminhos que levavam mais longe na direção da democracia, inspiradas na solidariedade e insatisfeitas com os resultados de um desenvolvimento que produzia e acentuava a desigualdade.

As ONGs do primeiro mundo foram mais solidárias e universalistas que as instituições oficiais criadas para serem internacionais. Ao serem capazes de verem a cara humana ou desumana do desenvolvimento, foram capazes de também ver suas consequências ecossistêmicas. Descobriram a cara humana e natural do desenvolvimento.

As ONGs foram e continuam pioneiras da ecologia e também não é por acaso que na Rio-92 haverá um cenário para a conferência oficial e outro para a reunião mundial das ONGs. E não será surpresa se a última for mais importante e fecunda que a primeira.

Enquanto o Banco Mundial continuava colado à ordem dos Estados e das grandes empresas, as ONGs se descolavam desses interesses, criticavam as políticas oficiais dos Estados, chocavam-se com os projetos financiados pelas agências internacionais e aproximavam-se das ONGs do chamado terceiro mundo que sofriam a repressão de seus governos e eram solenemente ignorados pelos financiamentos das agências oficiais nacionais ou internacionais.

No chamado terceiro mundo, as ONGs — vivendo as conseqüências do capitalismo, que se apresentava em sua forma civilizada no primeiro mundo, como o liberalismo e o social liberalismo, e em sua forma primária no terceiro mundo, como as ditaduras militares e os autoritarismos de todo tipo — foram mais contragovernamentais que não-governamentais. Tiveram que viver na margem, contra o rumo da ordem.

As ONGs do chamado terceiro mundo se confrontaram com as questões da pobreza, da miséria absoluta, da repressão, da marginalidade, da luta pela liberdade. Sofreram o silêncio da mídia sempre tão sensível à posição oficial. Em tempos de ditadura submergiam também na clandestinidade e amargaram o exílio interno e externo.

Sem recursos nacionais para sobreviver, viviam da solidariedade internacional, que muitas vezes condicionava e orientava seus rumos e projetos.

Coladas no entanto à realidade da sociedade civil, tinham olhos para ver o que Estado não via, tinham braços para construir o que o oficialismo destruía e por muitas formas e caminhos foram se somando ao movimento geral da sociedade no sentido da democracia. As ONGs tinham o que o Estado não tinha — razão.

Ao serem não-governamentais no mundo da ditadura e do autoritarismo governamental, as ONGs do terceiro mundo caminhavam no sentido da democracia, em que a ênfase no social e no político acabariam por se encontrar também com o ecológico em conseqüência da crítica global ao desenvolvimento imposto contra a maioria, contra a sociedade.

Ser não-governamental era ser, nessas circunstâncias, pró-sociedade civil e pró-novas relações com a natureza. Por isso mesmo a maioria das ONGs hoje chamadas de desenvolvimento ou sociais já traziam na sua produção um conteúdo ecológico que só mais tarde veio a ser individualizado, separado de seu conteúdo "social".

Faziam isso quando submetiam o desenvolvimento a uma crítica sistemática por seus efeitos sobre a sociedade e a natureza, quando centravam suas análises sobre a produção da pobreza e todas as suas conseqüências e, principalmente, quando ajudavam a mobilizar a sociedade na busca de novos caminhos com base em novos princípios, democráticos (sobre essa produção ver em anexo a lista de trabalhos produzidos pelo Ibase ao longo de seus 11 anos de existência).

Ao longo de pelo menos duas décadas as ONGs na América Latina cresceram no contexto de militarismo e ditadura, em luta contra a repressão e a dominação dos governos, substituindo partidos ali onde não eram permitidos, apoiando sindicatos onde eram reprimidos, trabalhando com associações de moradores,

grupos de defesa dos direitos humanos, movimentos de mulheres e de negros, em defesa dos povos indígenas, junto às igrejas, estimulando anistias políticas e todo tipo de processos eleitorais.

As ONGs foram um novo modo de fazer política quando a política era reprimida. Um novo modo de se organizar a participação a partir de uma institucionalidade flexível, descentralizada, inovadora, ágil e diversificada, que, por isso mesmo, conseguia escapar dos controles oficiais fixados na repressão aos partidos e aos sindicatos.

Por isso eram de modo geral pequenas, discretas, informais em sua estrutura, apoiadas em colaboração voluntária, eficientes no uso dos recursos, econômicas, criativas e capazes de mudar, acompanhando os movimentos da conjuntura.

Com o fim do ciclo militar e a abertura para governos civis e regimes liberais, as ONGs continuaram a crescer e ampliar seu campo de ação. Não eram somente filhas da resistência à ditadura, queriam agora ajudar a construir a democracia. Não eram somente o que faltava às outras organizações da sociedade civil, como a flexibilidade, a autonomia, a criatividade, a eficiência. Descobriram que elas também se constituíam em novos atores para a construção de uma nova sociedade.

O fim do ciclo autoritário abriu o caminho da positividade que constituía a virtude principal das ONGs, sua capacidade de ser sociedade civil em busca da democracia. Sua capacidade de não aderir ao Estado e ao culto do poder, de criticar a ordem dominante e de propor caminhos alternativos.

As ONGs, por muitas razões nem sempre evidentes, se mantiveram também protegidas contra um mal que atinge o oficialismo e o mundo do mercado (do capital) a corrupção.

De alguma maneira, as virtudes das ONGs, com todos os seus limites, apontavam as deficiências das outras entidades da sociedade civil que ao longo da história foram sendo assimiladas pela lógica do mercado (capitalista) ou pelo fascínio do Estado.

Sem fins de lucro, as ONGs não se ligam ao mercado mas à sociedade. Suprapartidárias e supra-religiosas, as ONGs não se submetem à lógica de nenhum poder ou hierarquia e afirmam nessa mesma medida seu equivalente à cidadania no plano político e social.

Como a lembrar que a democracia se constrói a partir da diversidade e não da homogeneidade; da descentralização e não da centralização; da liberdade e autonomia e não da ordem e da dependência.

Como mais um ator entre tantos outros, as ONGs conseguiram conquistar seu lugar numa história que não dispensa ninguém. As ONGs não existem para substituir os partidos, os sindicatos, as igrejas, mas para atuar junto à sociedade civil, contribuindo com seu modo próprio de ser.

Quem funda sua própria existência na afirmação da diversidade não pode pretender ou aceitar o monopólio da exclusividade ou do domínio de ninguém.

Quando o ciclo autoritário entrou em crise na América Latina e em boa parte do mundo, as ONGs foram descobertas pelos governos e pelas agências internacionais como a grande novidade a ser utilizada na solução dos grandes problemas sociais gerados pela ação e incompetência dessas mesmas agências internacionais e governos. Descobertas por suas virtudes, queriam utilizá-las para suprir os vícios do mercado ou do Estado.

Essas agências não foram capazes de perceber que as ONGs não eram somente contra alguma coisa, que elas em sua negatividade já eram a favor de uma nova sociedade para além da lógica do capital (e do mercado) e do seu poder enquanto Estado.

Depois do fracasso das ditaduras, dos grandes projetos e programas governamentais, da patente ineficiência de sistemas corruptos, burocráticos e incompetentes, as ONGs foram "descobertas" como mais eficientes, honestas, capazes, movidas por valores éticos e competência profissional.

Estamos, portanto, vivendo esse período em que o Banco Mundial e muitos governos do chamado primeiro mundo pretendem usar as ONGs como substitutas dos aparelhos de Estado dos países ditos do terceiro mundo, que submergiram em um mar de incompetência e de corrupção.

Assim descobertas, as ONGs podem estar correndo um sério risco de começarem o processo de seu próprio fim como entidades não-governamentais, autônomas e independentes que giram na órbita da sociedade civil e não do Estado; na órbita da liberdade, não da ordem; na órbita da ética democrática e não do mercado como um absoluto sem ética.

É nesse contexto que se situa hoje o papel das ONGs em relação à questão do desenvolvimento e o meio ambiente, suas possibilidades e limites.

Na medida em que as ONGs mantiverem sua independência e autonomia em relação às chamadas forças do mercado e ao fascínio do poder do Estado e se mantiverem fiéis a sua relação com a sociedade civil e seu compromisso com a democracia, as ONGs têm todas as possibilidades de ajudar a humanidade a encontrar o rumo sempre anunciado e nunca realizado do desenvolvimento fundado na igualdade, participação, liberdade, diversidade e solidariedade.

Com base nesses princípios, as ONGs podem também contribuir de modo decisivo para a elaboração de um novo internacionalismo, democrático, que sepulte todas as pretensões de imposição de hegemonias nacionais, ou de blocos de nações, que iratam sempre de se impor em nome da defesa do bem-estar ou da paz do mundo.

Esse desenvolvimento é o único que tem condições de garantir uma relação harmoniosa entre homem e natureza, entre sociedade e meio ambiente. Nessa direção estão todas as potencialidades das ONGs e nesses rumos não há limites.

Na medida em que as ONGs se perderem na lógica neoliberal da onipotência do mercado ou no círculo quadrado do poder do Estado, divorciado do controle democrático da sociedade civil, elas perderão sua positividade, que paradoxalmente advém exatamente do "não" inscrito em seu nome, da

negatividade que as faz livres para gerar o novo na história. Nessa direção estão os limites.

Mas é fundamental também situar os limites da ação das ONGs no fato de que o seu poder não pertence à ordem do estabelecido, que se impõe a uma sociedade determinada. As ONGs pertencem ao mundo legal, mas não ao mundo da ordem. São legais, mas não são a lei. Nelas o que conta é o poder de suas propostas, de suas idéias, de seus valores, que só se tornam reais quando são incorporados nos movimentos profundos da sociedade civil e a partir daí se expressam na ação dos Estados. Quando, em última análise, se transforma em rumo dominante de uma época.

E é aí que as ONGs e a questão do meio ambiente estão diante do mesmo desafio, o de se encontrarem no caminho da democracia, porque só a democracia é capaz de abrir um caminho comum para os dois atores dessa relação, a sociedade e a natureza.

Ecologia — da crítica a um ponto de encontro

A percepção generalizada de que, ao chegar a um determinado nível de desenvolvimento, a humanidade deve rever seus caminhos (a crítica) e se reencontrar consigo mesma e com o meio ambiente para construir novos rumos (a proposta), pode ser também um momento de produzir um fecundo encontro entre tudo o que existe de democrático na cultura humana produzida até agora. A tradição liberal, apesar de todos os limites de seu compromisso histórico com o capitalismo, que ignorou a maioria da sociedade e a natureza por inteiro, pode aportar com os valores da individualidade, da diversidade, do pluralismo, que se contrapõem à tendência individualística e autoritária encrustada na teoria do Estado e na prática dos oligopólios e monopólios que o pensamento liberal ajudou a construir e que se nega a reconhecer como produto de seu próprio desenvolvimento.

Os liberais podem ser chamados a levar a sério sua pregação da liberdade (desde que para todos) e os valores da individualidade (desde que respeitando a diversidade e a extensão desse direito a todos).

A tradição progressista, socialista, pode aportar com os valores da solidariedade, da participação e da igualdade, revendo seu descaso pela liberdade e a diversidade, sua alienação e fascínio com o poder do Estado, e produzindo um humanismo aberto ao mundo e não fechado à idéia de uma sociedade em que se atende às necessidades básicas e se matam as idéias que criam novas necessidades e novas sociedades.

Esse encontro pode ser fecundado de forma notável pela potencialização do conhecimento científico produzido ao longo do tempo que sempre teve um olho para o mundo biofísico e outro para o mundo humano, sem nunca conseguir produzir um mundo onde os dois possam se encontrar em harmonia.

A ecologia pode facilitar esse passo a frente em que a humanidade se recoloca e recolhe, de sua produção intelectual, social, cultural e política, o que de melhor e

mais universal existir para se recolocar, enquanto humanidade, como autora de sua própria história.

Talvez, olhando mais além, possamos ver melhor aqueles que estão mais perto de nós e descobrir finalmente que o que de melhor temos — nós mesmos, a humanidade nesse mundo onde nos é dado viver, amar e de que devemos cuidar.

Na construção desse mundo as ONGs têm um papel a desempenhar e uma contribuição a dar. Sua distância do mercado e sua independência do Estado, seu amor à liberdade e seu compromisso com a igualdade apontam para o sentido de um mundo democrático onde a humanidade e a natureza possam se reencontrar em harmonia.

NOTAS

(1) Alguns indicadores econômicos mostram claramente o resultado desse processo à escala mundial: *"En 1989, el promedio del producto nacional bruto por habitante para los 35 países de ingresos más bajos fué de US\$ 330, mientras que el promedio para los 19 países industrializados de la Organización de Cooperación Económica y Desarrollo (OCDE) fué de US\$19.090, más de 55 veces superior. La población de los países pobres es de aproximadamente 3.000 millones y supera en más de cuatro veces a la de OCDE (775 millones), aunque los dos grupos de países cubren áreas territoriales comparables (36.7 millones de km² para los países pobres y 31.2 millones de km² para los países de la OCDE). En contraste, el promedio del producto por habitante para los 55 países de ingresos medianos fué de US\$ 2,040, con una población total de 1,100 millones en un área de 40.4 millones de kms². Durante el decenio de 1980, la tasa de crecimiento del producto por habitante fué 4.1% para los países pobres, 2.4% para la OCDE, y solo 0.5% para los países de ingresos medianos, mientras que la inflación anual promedio fué de 9.1% en los países pobres, 4.3% en la OCDE, y 73% en los países de ingresos medianos"*.

Dados extraídos do trabalho de Francisco R. Sagasti, em colaboração com Gregorio Arévalo, "America Latina en el nuevo orden global fracturado - Perspectivas y Estratégias", 1992, apresentado no seminário sobre A Nova Ordem Internacional, realizado, em abril de 1992, no Rio de Janeiro.

(2) A idéia de incluir a natureza no interior das relações sociais fundadas nos princípios democráticos foram desenvolvidas por Henri e Isabel, pesquisadores do Ibase.

Em anexo segue uma listagem completa dos trabalhos realizados pelo Ibase até agora. Foram 6 livros, 80 artigos publicados na revista Políticas Governamentais, 47 textos, 3 boletins, 3 folhetos, 2 vídeos, 3 audiovisuais, 2 programas especiais de rádio em fita cassete, 9 artigos Cartas Semanais (publicados na imprensa), dezenas de conferências eletrônicas disponíveis no sistema Altemex. Além disso, o Ibase secretaria, desde sua fundação em 1983, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária e promoveu dois eventos de massa, Terra e Democracia, no Rio de Janeiro, em 1990 e 1991.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri. Environmental regulation and civil society. Comunicação do IBASE ao Eco-92 Public Forum, New York, mimeo, fev. 1992.
- CARVALHO, Isabel. Eco-democracia. *Políticas governamentais*, Rio de Janeiro, IBASE, 1990.
- CHAMBERS, Robert. Putting the last first. In: Ekins, Paul (ed.), *The living economy*, London & New York, Routledge, 1986.
- CLOSI (Comité de liaison des organisations de solidarite international)/CEDI (Collectif environnement à dimension international). Construire la democratie internationale: document des ONG françaises de developpement et d'environnement. In: *Environnement Developpement Democratie*, Paris, dec. 1991.
- FABIANI, J. L. La nature, l'action publique et la regulation sociale. In: Mathieu, N. & Vollivet (ed.), *Du rural à l'environnement*, l'Harmation/ ARF Ed., 1989.
- GREEN FORUM: An alternative development economics. Manila, Popular Book Store, 1992.
- HIGHLANDER CENTER. Environment and development in the USA: a grassroots report for the UNCED. 1992.
- IBASE. *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, 1992.
- IBASE. Revista *Políticas Governamentais*, no. 80, Rio de Janeiro, maio/junho 1992.
- MHATHAI, Wangari. The green belt movement. In: Elkins, Paul (ed.), *The living economy*, London & New York, Routledge, 1986.
- POLANYI, Karl. La fallace economiste. *Bulletin du Mauss*, Paris, no.18, juin 1986.
- RAGHAVAN, C. Third world takes unified position on environment for the earth summit. *Third World Resurgence*, no.12, Penang, August 1991.
- REVISTA PROPOSTA. Qual Desenvolvimento? no. 53, edição especial, s/d.
- ROBERTSON, James. *A new economics for the 21st century*. New York, The Bootstrap Press/A Toes Book, 1990.
- SAHABAT ALAM MALAYSIA (Friends of the Earth Malaysia), *Global development and environment crisis — Has humankind a future?* Penang, 1988. Os seguintes artigos:
- .HONTELEZ, John. Friends of earth international: an international movement to fight for environment and better future for humankind.

- .BAHUGUNA, Sunderlal. Chipko: the peoples' movement with a hope for the survival of humankind.
- .FIAGOY, Geraldine L. The Chico river dam and beyond : the cordillera peoples' struggle for self determination.
- .O'CONNELL, Merryl. Women activists get together: the emergence of the Greenham common movement.
- .LING, Chee Y. & MOHAN, V. C. The SAM and APPEN experience in mass-education.
- SACHS, Wolfgang. *On the archeology of the development idea: six essays*. Pen State University, 1989.
- SHIVA, Vandana. *Staying alive: women, ecology and development*. Londres, Zed Books, 1988.
- SOKONA, Youba et alii. Greening the fading grass : NGOs and the environment. *Revista Reflexion*, Reus (Tarragona), vol. I, no. 4, 1991.
- THIRD WORLD NETWORK. *The rule and future of NGOs*. Penang, s/d. Os seguintes artigos:
- .RAHNEMA, Majid. NGOs : sifting the wheat from the chaff.
- .KOTHARI, Rajni. The NGOs, the State and world capitalism.
- .PRASARTSET, Suthy. The new global political setting and the challenge for the NGOs.
- .TANDON, Rajesh. The relationship between non-governmental organisations and government.
- .PERMPONGSACHAROEN, W. & LOHMANN, L. Some preliminary thoughts on action on the tropical forest crisis.
- THIRD WORLD NETWORK. *The green alternative and the third world*, Penang, s/d. Os seguintes artigos:
- .SHIVA, Vandana. Ecologically sustainable — what it really means.
- .SACHS, Wolfgang. The gospel of global efficiency.
- TOLEDO, Vitor M. La resistencia historica del campesinato mexicano. *Ecologia Política, Cuadernos de Debate Internacional*, no. 1, Barcelona.
- WATTS, Michael & ALIER, Juan M. Comments [on the appeal to the people of the World Bank and the International Monetary Fund by non governmental and citizens organisations]. *Capitalism, Nature, Socialism*, New York, Guilford Publications, no. 9, 1990.
- WOLFE, Alan. Whose keeper — social and moral obligation. Londres, 1989.